



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de educação.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO AMAZÔNICO: DISCUTINDO PERMANÊNCIA E ÊXITO JUNTO AOS DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM) – CAMPUS PARINTINS

JESSICA REIS MARINHO¹
NEURIANE DE CASTRO MENDES²

Resumo: O Programa Nacional de Assistência Estudantil é uma conquista recente no âmbito da educação. Desde então, as instituições federais têm implementado suas respectivas políticas e o assistente social é requisitado a atuar nesse estratégico *locus*. É mister discutir tal processo, seu impacto e mostrar à sociedade a importância da garantia das condições de permanência e êxito. Nesse sentido, buscou-se analisar até que ponto a Política de Assistência Estudantil tem contribuído para com isso no Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Parintins. A pesquisa com recorte documental aponta para impressões positivas a partir da comparação de dois grupos: beneficiários e não beneficiários.

Palavras-chave: Instituto Federal do Amazonas; Política de Assistência Estudantil; Permanência e Êxito.

Abstract: The National Assistance Student Program is a recent conquest in the education context. Since then, the federal institutions have implemented their respective policies and the social worker is required to act in this strategic locus. It's mandatory to discuss such process, its impact and show to the society the guarantee importance of the conditions of the permanence and success. In this way, it has sought to analyze until where the Student Assistance Policy has contributed for this at Amazon Federal Institute, Parintins *Campus*. The research with documental clipping leads to positive impressions from the comparison of two groups: beneficiaries and no beneficiaries.

Keywords: Federal Institute of Amazon; Student Assistance Policy; permanence and success.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Assistência Estudantil enquanto política setorial tem manifestado discussões no âmbito do sistema educacional brasileiro. A legislação educacional vigente prevê a promoção de mecanismos necessários à democratização do acesso, bem como a garantia da equidade na permanência, por meio de ações que superem os obstáculos que impedem os estudantes de ingressar no ambiente educacional ou dar continuidade aos estudos.

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal do Amazonas. E-mail: <jesiksier@gmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências Venceslau Bras.

Tendo como pano de fundo esse recorte da realidade, o *locus* desta pesquisa se deu no Instituto Federal do Amazonas *Campus* Parintins, por conta de um trabalho de conclusão de uma especialização em curso de pós-graduação.

Os IF's³ foram criados pela lei 11.892/2008, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável por ofertar educação superior, básica e profissional nas diferentes modalidades de ensino.

Este estudo pretende fazer uma discussão sobre a importância da Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAES) no contexto da questão social que permeia a Amazônia, dada a desigualdade social presente no cenário nacional, especialmente levando-se em conta a desigualdade regional, tanto na questão do acesso ao ensino público de qualidade, quanto na permanência e êxito dos estudantes durante o processo de formação. Sendo assim, justifica-se esta pesquisa como forma de avaliar os resultados dessa Política no processo da formação dos educandos através da concessão de auxílios pecuniários para minimizar os efeitos da questão social presente no seu cotidiano.

O presente trabalho está dividido em dois momentos: primeiro, conhecer as bases político-sociais e legais que fundamentaram o surgimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como política pública fundamental para promover o acesso e assegurar a permanência e o êxito aos estudantes da rede federal de educação; segundo, conhecer o processo de implantação e analisar a evolução e a efetividade da Política de Assistência Estudantil no *Campus* Parintins, através da análise dados colhidos junto ao Programa Socioassistencial entre 2011 e 2015.

Caracteriza-se como pesquisa de natureza quali-quantitativa, uma vez que busca analisar até que ponto a Política de Assistência Estudantil, através do Programa Socioassistencial tem contribuído para a permanência e o êxito dos estudantes do referido *Campus*, tendo como base os números colhidos do Programa Socioassistencial durante pesquisa documental.

Nesta pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos para coleta de dados: a) Levantamento bibliográfico – desenvolvido a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos que abordam questões relacionadas

³ Institutos Federais.

à história da educação no Brasil, Política Nacional de Educação, Política de Assistência Estudantil, entre outros que fundamentaram esta pesquisa; b) Levantamento documental – mediante a apropriação de materiais primários como documentos históricos da Instituição relacionados à temática. Foram analisados documentos da coordenação de assistência estudantil que o Instituto disponibilizou a fim de extrair os dados necessários para o desenvolvimento desta pesquisa; c) Pesquisa de Campo: “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar” (MARCONI e LAKATOS, 2007, p. 188). É através da pesquisa de campo que se torna possível uma melhor compreensão da realidade social.

Após a coleta de dados foi realizada a última etapa da pesquisa: a análise e interpretação dos dados coletados. Segundo Marconi e Lakatos (2007) a análise e a interpretação são atividades distintas, porém se complementam. Para tais autoras, a análise é a “tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores.” Já a interpretação é a “atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo as respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.” Em geral a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos ao tema. esclarece não só o significado do material, mas também faz deduções mais amplas dos dados discutidos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Breve histórico da Educação no Brasil

Falar de educação é se debruçar sobre uma temática que ganhou expressividade em razão do papel assumido por várias instituições e profissionais que lutaram e lutam pela qualidade do ensino e da pesquisa no âmbito escolar. Neste contexto, Rossi, Rodrigues e Neves (2009) corroboram que a história da educação, como campo disciplinar de ensino e de pesquisa,

vem adquirindo um novo perfil quer com os consagrados temas, quer com os novos que procuram se estabelecer.

A história da educação no Brasil é marcada por grandes descobertas. Lopes, Mendes e Faria (2005) discorrem que o Brasil, “descoberto” em 1.500, somente começou a ser ocupado por Portugal a partir de 1530. Em 1549, com a vinda do primeiro governador-geral, chegaram também os padres jesuítas, sendo estes os que empreenderam ações visando à conversão e catequização das populações indígenas. No século XVIII Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e de todos os domínios portugueses e, portanto, do Brasil. Diante disso, foi criada uma rede de escolas de primeiras letras, nas quais seriam ensinadas a leitura, a escrita, o cálculo e os preceitos morais e religiosos, financiada pelo Estado Monárquico. Vale lembrar que esta iniciativa resultou na criação de dezenas de escolas chamadas de escolas régias no país que, no momento da independência do Brasil, eram as únicas escolas públicas que existiam.

Ainda de acordo com Lopes, Mendes e Faria (2005, p. 16),

faz parte da defesa da escolarização a primeira Lei Imperial sobre escolas no Brasil. Esta lei, de 1827 mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas do Império e onde mais elas se fizessem necessárias. A importância desta lei reside também no fato de ter reafirmado a educação como uma obrigação do Estado e de ser, durante mais de 100 anos, a única legislação que trazia diretrizes educacionais para todo o Brasil.

A educação no Brasil estava dando um importante passo, pois a mesma estava paulatinamente saindo da responsabilidade exclusiva das famílias e tornando-se obrigação estatal.

Desde então, a mesma mudou bastante, especialmente na última década e isso é resultado de grandes mobilizações e luta coletiva em torno de um projeto de educação para o país. Houve muitos avanços, como a Constituição Federal e seu ideário em prol dos direitos humanos, dentre os quais a educação. O Estado incorporou, embora com algumas limitações, e reconheceu a educação pública como um direito legítimo do povo brasileiro.

2.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996

A partir do século XX, a Educação no Brasil teve grandes avanços resultando inúmeras conquistas, como se pôde observar a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 9.394/96. Isto mostra que o sistema de ensino vem se modificando de maneira bastante significativa e está sendo elaborado com a finalidade de garantir aos cidadãos o direito à educação sem nenhuma distinção de cor, sexo, etnia, classe social, etc.

Embora se reconheçam historicamente os avanços, sob o olhar crítico, de acordo com o CFESS (2001), no Brasil, a educação tem se tornado cada vez mais precária, pois, infelizmente, o que foi preconizado na Constituição de 1988 e na LDB, quando ditam que “educação é reconhecida como um direito social a ser garantido pelo Estado a todas as pessoas”, de fato não está sendo cumprido e priorizado, já que a educação com qualidade está longe de se constituir uma política pública universal no país.

O direito à educação, bem como o acesso a matrículas em escolas de ensino regular pública e a permanência garantida no âmbito escolar, é “garantida” nos termos legais na Constituição, na LDB e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 8.069/90), sendo estes responsáveis pela efetivação de direitos gerais e pela formação do sujeito para o exercício da cidadania.

O Art.1º da LDB afirma que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Sendo assim, a educação traz bons retornos a partir deste conjunto que implica diretamente no desenvolvimento da vida dos sujeitos. Ainda de acordo com a Lei, a mesma aborda diversas categorias acerca da educação, bem como os direitos de cada indivíduo, independente de qualquer situação. Em seu Art. 3º dita que o ensino deve ser ministrado seguindo princípios indispensáveis para uma educação de qualidade, dentre estes princípios é pertinente pôr em destaque os seguintes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, e o saber;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação do sistema de ensino;
IX – garantia de padrão de qualidade.

Deste modo, observa-se que a LDB preza pela garantia de uma educação de qualidade, integral e pelo sucesso escolar dos educandos. Por falar em educação de qualidade⁴; em seu Art. 9º afirma que é dever da União “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entre outros”. A LDB é uma ferramenta legal que deve ser compreendida e cumprida por toda a sociedade, a começar pelo poder público, na figura do poder executivo, nas diversas esferas, o responsável por garantir educação em todos os níveis e modalidades. Os Municípios, Estados e União são os responsáveis por garantir as metas estabelecidas e assim tornar a escola acessível a toda população.

Quando a Lei fala de igualdade de condições de acesso, permanência e êxito, reconhece que a inserção na escola não depende somente da imposição aos pais de matricularem seus filhos, nem da vontade individual dos sujeitos, mas, principalmente, das condições materiais dos educandos permanecerem nela e terem êxito em sua trajetória acadêmica. Logo, é necessário que o Estado contribua para garantir esse tripé: acesso, permanência e êxito.

2.3. Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação busca a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, bem como a valorização de seus profissionais, sendo este um dos objetivos mais desafiadores. Com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a adquirir outro *status* ao estabelecer, no capítulo III, Art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

⁴ Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedades e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, entram em cena as políticas sociais, pois é necessária a criação de instrumentos que garantam a efetivação dos direitos recém-conquistados a toda a população. Estas políticas se apresentam como o meio pelo qual se tenta garantir a efetivação de direitos sociais já regulamentados na Constituição e reforçados por meio de normas, leis, estatutos – instrumentos que, neste cenário, resultam também da luta da classe trabalhadora e seus representantes no combate à desigualdade social imposta pelo caráter excludente do sistema capitalista.

No ano de 2008, o governo passou a investir mais na educação pública no âmbito federal a partir da criação e expansão das Instituições Federais de Ensino, passando a injetar recursos pouco tempo depois na assistência estudantil através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Nesse sentido,

Nos últimos anos, as questões que tratam sobre Assistência Estudantil têm permeado as discussões no âmbito do sistema educacional brasileiro. A legislação educacional vigente prevê a promoção de mecanismos necessários para a democratização do acesso, bem como a garantia da equidade na permanência, por meio de ações que suplantem os obstáculos que impedem o estudante de ingressar no ambiente educacional e/ou dar continuidade aos estudos (POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IF BAIANO, 2011).

Pode-se perceber a evolução do conceito de educação que passou a privilegiar a formação integral do educando. A legislação avançou, tanto na democratização do acesso para as camadas menos favorecidas, a exemplo da lei de cotas⁵, quanto nos mecanismos de garantia da permanência e do êxito estudantil, através do PNAES⁶.

Nesse sentido, o PNAES veio preencher essa lacuna na assistência estudantil ao fomentar a criação de políticas institucionais voltadas a esse fim, na esfera federal. Como política educacional pública, o mesmo veio responder aos anseios de décadas da sociedade, por meio das lutas do movimento estudantil, pois, antes, nenhuma iniciativa dessa natureza havia sido

⁵ Lei Nº 12.711/2011 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

⁶ Decreto 7.234/2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES.

concretizada de forma mais incisiva, ficando os estudantes relegados às próprias condições de garantirem sua permanência na escola.

Segundo Rotta e Reis (2007), o estudo das políticas é importante “na medida em que as mesmas têm-se constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual”. O PNAES é a concretização de um direito social no qual se mesclam o direito à educação e à assistência, pois o público-alvo do mesmo são educandos com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio – ou seja, é voltado àquelas pessoas em desvantagem econômica, que, sem a assistência de políticas públicas, estariam condenadas a todo tipo de “sorte” no mercado capitalista.

No contexto nacional, o PNAES se configura ainda como ferramenta de enfrentamento à pobreza, dado o caráter mais democrático do governo neste particular momento histórico (2003 a 2015), que pode ser caracterizado como de viés mais “progressista”, com a implantação de políticas públicas que viabilizam o usufruto de determinados direitos sociais pelos sujeitos.

Após o surgimento do PNAES, as instituições federais de ensino passaram a elaborar suas políticas internas de assistência estudantil a fim de suprir as necessidades básicas de seu público, como foi o caso do IFAM que, em 2011, lançou a sua Política de Assistência Estudantil (PAES). A mesma objetiva contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes a partir da concessão de benefícios mensais, seja pelo repasse direto, seja pela oferta de serviços com recursos destinados à Política.

Como toda política, a PAES/IFAM necessita ser avaliada no que se refere a sua execução, considerando contribuir para a melhora de sua operacionalização, com vistas a uma futura reformulação, tendo-se sempre como horizonte o compromisso com a garantia da permanência e êxito do estudante – fator de maior importância para a concretização do direito à educação na sua forma plena.

2.4. A Política de Assistência Estudantil do IFAM *Campus* Parintins – Breve análise do Programa Socioassistencial Estudantil

Primeiramente, é importante esclarecer que a PAES/IFAM é composta por dois programas: o Socioassistencial e os Integrais. O primeiro visa executar ações voltadas para o suprimento das necessidades socioeconômicas do estudante em vulnerabilidade social; já o segundo, mesmo voltados a estudantes em situação de vulnerabilidade, visa outras ações para atenção integral dos estudantes – ações que venham dar suporte às prioritárias voltadas para o suprimento das necessidades sociais dos mesmos, de maneira a se consolidar, efetivamente, uma Política de Assistência Estudantil na instituição. (PAES/IFAM, 2011)

A PAES-IFAM foi elaborada no ano de 2011 e, no ano seguinte (2012), começou a ser implementada pelos diversos *campi*, sendo que o IFAM iniciou suas atividades em Parintins em 2010. Neste *lócus*, os programas integrantes da política passaram a ser executados de forma gradual: primeiro, foi o Programa Socioassistencial em 2012; depois, foi a vez dos Programas Integrais em 2014.

Esta breve análise recai sobre o Programa Socioassistencial, que se caracteriza como o de maior abrangência pelo número de alunos atendidos e recursos injetados, já que 80% do valor destinado à assistência estudantil vai para a execução do mesmo.

Primeiramente, foi elaborada uma tabela com os dados de 2011, ano anterior à implementação da PAES para servir como parâmetro comparativo do antes e depois da execução do Programa.

2011 – Antes da implementação da PAES/IFAM				
Série	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	68	27	22	
2º	46	6	12	
Total	114	33	34	181

No ano de 2011, o número de alunos aprovados foi bastante superior ao índice de dependência e reprovação. Contudo, comparado aos anos posteriores, o número de alunos em dependência (34) se mostrou bastante alto, um dado que chama atenção, pois, ao decorrer dos anos, este baixou significativamente. Não se pode afirmar que tal fenômeno se deve exclusivamente ao Programa, mas que deve ser encarado como fator positivo que contribuiu para a

permanência e o êxito dos discentes, uma vez que os auxílios servem de incentivo e apoio na mitigação de suas necessidades mais imediatas, como: transporte, alimentação, custeio com material didático, custeio de aluguéis, auxílio creche, dentre outras despesas pessoais.

Tabela 1: Alunos participantes do Programa Socioassistencial 2012 – Ano de implementação da PAES-IFAM.

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro*	7	4	0	
	Info*	13	1	0	
	Adm*	11	0	3	
2º	Agro	18	1	1	
	Info	12	1	5	
	Adm	33	4	0	
3º	Agro	10	0	0	
	Info	17	0	0	
	Adm	9	0	0	
Total		130	11	9	150

*Agro – Agropecuária *Info – Informática * Adm – Administração

Tabela 2: Alunos não participantes do Programa Socioassistencial

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro	4	9	0	
	Info	18	6	2	
	Adm	11	1	1	
2º	Agro	24	2	3	
	Info	18	6	5	
	Adm	16	1	1	
3º	Agro	7	1	0	
	Info	17	0	0	
	Adm	19	0	0	
Total		134	26	12	172

Em 2012, ano de implementação da Política (segundo semestre letivo), o número de alunos praticamente duplicou. O grupo de participantes (150) foi menor em relação aos não participantes (172).

No curso de Agropecuária, houve 35 aprovações, 5 reprovações e 1 dependência de alunos participantes do programa, ao passo que os alunos não participantes também tiveram 35 aprovações, 12 reprovações e 3 dependências. Logo, é possível perceber que houve um número maior de reprovações e

dependência no grupo dos não participantes. No curso de Informática, grupo dos participantes, houve 42 aprovações, 2 reprovações e 5 dependências.

No grupo dos não participantes, houve 53 aprovações, 12 reprovações e 7 dependências. O índice de reprovação e dependência é mais presente neste último grupo. No curso de Administração, no grupo dos alunos participantes, ocorreram 53 aprovações, 4 reprovações e 3 dependências. Já no grupo dos não participantes, constata-se 46 aprovações, 2 reprovações e 2 dependências, embora o número de reprovados tenha índice maior dentre os participantes, o maior índice de aprovados também pertence ao grupo dos beneficiários.

No geral, houve aumento de quatro pontos na reprovação, contudo o número de dependências caiu treze pontos, o que é um ponto muito positivo, pois a retenção e a evasão não se mostra alarmante no *Campus*.

Tabela 3: Alunos participantes do Programa Socioassistencial - 2013 – Segundo ano de execução da PAES/IFAM

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro	11	6	1	
	Info	9	4	1	
	Adm	Não houve turma de 1º ano			
2º	Agro	3	1	0	
	Info	4	3	2	
	Adm	7	2	2	
3º	Agro	13	7	0	
	Info	14	1	0	
	Adm	14	1	0	
Total		74	25	6	105

Tabela 4: Alunos não participantes do Programa Socioassistencial

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro	12	13	1	
	Info	15	10	1	
	Adm	Não houve turma de 1º ano			
2º	Agro	3	1	5	
	Info	4	20	2	
	Adm	7	10	1	
3º	Agro	23	2	0	
	Info	23	2	0	
	Adm	35	1	0	
Total		122	59	10	191

No seu segundo ano de execução, a quantidade de beneficiários/participantes foi inferior ao ano anterior. No grupo dos participantes, o número de aprovados foi superior à soma de reprovados e em dependência. Nesse ano não houve turma de primeiro ano em Adm; Agro e Info obtiveram o maior número de aprovações, bem como de reprovações, Agro com 14, e Info com 08.

O grupo de não participantes obteve um número significativo de aprovações. Os cursos que mais aprovaram foram Info e Adm. O curso que mais reprovou foi Info (32), seguindo de Agro (16). Uma observação a ser feita é que o curso de Adm ficou desfalcado quando às turmas de primeiro ano, o que pode ter influenciado o jogo dos números entre os cursos. Esse não foi um bom ano para o Programa porque atingiu menos alunos e os índices de retenção foram altos.

Tabela 5: Alunos participantes do Programa Socioassistencial 2014 – Terceiro ano de execução da PAES/IFAM

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro	16	12	1	
	Info	5	8	3	
	Adm	22	2	0	
2º	Agro	11	4	4	
	Info	17	8	1	
	Adm	1	4	0	
3º	Agro	8	6	0	
	Info	13	1	2	
	Adm	13	1	2	
Total		106	46	13	165

Tabela 6: Alunos não participantes do Programa Socioassistencial

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro	7	11	1	
	Info	11	29	1	
	Adm	4	4	0	
2º	Agro	7	0	0	
	Info	7	3	1	
	Adm	0	1	1	
3º	Agro	5	0	0	
	Info	11	0	3	
	Adm	11	0	3	
Total		63	48	10	121

Em 2014, o número de beneficiários no Programa foi maior (165) em relação aos não beneficiários (121). Nesse ano, o programa inverteu os números anteriores e passou a atender mais alunos. Dentro do grupo de participantes, a soma do número de aprovados foi superior à dos reprovados e dependência. Adm foi o curso que mais aprovou (36), Agro e Info ficaram com o mesmo índice (35 cada). O maior número de reprovação foi em Agro (22), principalmente no 1º ano, depois Info (17). Dentro do grupo dos não participantes, o número de aprovados também se mostrou maior (63), contudo a margem de vantagem sobre os demais (reprovados e dependência) foi menor. O curso com maior número de aprovação em todas as turmas foi Info (25), Agro aprovou 19 e Adm 15. O curso com mais reprovados foi Info (32), seguindo de Agro (11).

O saldo positivo desse ano foi que o número de participantes foi maior em relação aos anos anteriores. Essa inversão é muito positiva, pois significa que a maioria dos alunos passou a ser assistida pelo Programa, sendo esta uma das metas principais dentro da assistência estudantil. Isso se deve ao montante de recurso injetado, posto que o número de alunos também aumentou: de trezentos e dois mil passou para quatrocentos e cinquenta e cinco mil nesse ano.

Tabela 7: Alunos participantes do Programa Socioassistencial 2015 – Quarto ano de execução da PAES/IFAM

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro	10	12	5	
	Info	10	3	2	
	Adm	16	3	2	
2º	Agro	16	0	2	
	Info	5	0	0	
	Adm	15	1	1	
3º	Agro	15	0	0	
	Info	13	1	0	
	Adm	0	0	0	
TOTAL		100	20	12	132

Tabela 8: Alunos não participantes do Programa Socioassistencial

Série	Turma	Aprovados	Reprovados	Dependência	
1º	Agro	5	9	0	
	Info	17	3	5	
	Adm	9	8	2	
2º	Agro	3	1	1	
	Info	14	0	1	

	Adm	9	0	1	
3º	Agro	10	0	0	
	Info	11	1	0	
	Adm	0	0	0	
TOTAL		78	22	10	110

Em 2015 o programa continuou alcançando a maioria dos discentes. No grupo dos participantes o número de aprovados se manteve em larga vantagem (100) em relação ao de reprovados e dependentes (32). Agro foi o curso que mais aprovou (41), seguindo de ADM (31), Info aprovou 28. O maior número de reprovados foi em Agro (12), todos do primeiro ano, Info e Adm ficaram empatados, mas o quantitativo foi baixo.

Entre os não beneficiários, o número de aprovados (78) se sobrepôs aos reprovados e em dependência (32). O maior índice de reprovação está no primeiro ano de Agro, mas o número de dependência ficou mínimo. O maior número de aprovação foi no curso de Info (42), os demais cursos apresentaram o mesmo índice de aprovação (18). Agro apresentou o maior número de reprovações (10). No grupo dos alunos beneficiários a maior ocorrência de reprovação na maioria dos anos letivos está no curso de Agropecuária, no ano de 2015 as reprovações recaíram principalmente na turma de primeiro ano. A maior ocorrência de aprovações está também no curso de agropecuária juntamente com administração. A questão da reprovação não se mostra aqui como problema exclusivo de um curso, mas de uma série, o primeiro ano, questão que fica para outro momento de discussão.

De modo geral, através da análise dos números, pode-se perceber que no decorrer dos últimos quatro anos o quantitativo de alunos em dependência caiu consideravelmente no *Campus*. Nos dois primeiros anos não se conseguiu abarcar a maioria dos alunos, levando-se em consideração a questão do recurso destinado à execução das ações.

No grupo dos não participantes, a maior ocorrência de aprovações em todos os anos está no curso de Info, o que significa um dado importante para esta pesquisa, pois pode levantar várias hipóteses quanto ao perfil dos alunos por curso. Já a maior ocorrência de reprovação ao longo do período está nos cursos de Agro e Info.

3. CONCLUSÃO

O saldo da Política de Assistência Estudantil foi muito positivo ao longo de quatro anos de execução, especialmente do Programa Socioassistencial, pois as chances de ter contribuído para a permanência e o êxito dos estudantes foram grandes, considerando os diversos fatores (internos e externos) que podem interferir na vida escolar dos discentes do IFAM, fatores estes que são reflexo da questão social presente no cotidiano dos alunos.

Ao longo dos anos, o investimento na Política aumentou significativamente, os recursos passaram a ser maiores, logo, o quantitativo de alunos beneficiários cresceu. O Programa Socioassistencial se mostra fundamental na vida dos estudantes em termo de benefícios, pois o mesmo incidi diretamente sobre as necessidades básicas dos estudantes dentro do Instituto (alimentação, moradia, material didático, transporte, auxílio creche⁷) e assim contribui para que o discente não abandone seu curso por conta de dificuldades financeiras.

A evasão não zerou, mas é mínima, somente ocorre em casos extremos, decorrente de situação socioeconômica precária, por conta da não adaptação à carga de disciplinas da Instituição de demais, doença grave ou outros motivos de força maior.

Não é possível nesse momento atribuir que a permanência e o êxito dos educandos se devam exclusivamente ao Programa Socioassistencial olhando somente para os números de aprovações e reprovações, mas o questionamento que se faz é: se a política não existisse, será que os números seriam os mesmos? Será que o índice de reprovação e evasão estaria controlado, dentro do “normal”, bem como as dependências?

Outro fator que se soma à melhoria da gestão da Política foi o ingresso da equipe multiprofissional mínima de assistência estudantil em 2015 (Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo) necessária ao acompanhamento dos beneficiários, uma vez que a perspectiva de melhorias na qualidade da assistência aos discentes aumenta por conta da presença desses profissionais,

⁷ Tal auxílio destina-se a mães estudantes que não possuem condições de deixar seu filho (até seis anos) sob os cuidados de outra pessoa no horário das aulas.

especialmente o assistente social por possuir no rol de suas competências a capacidade de gerenciar políticas e programas sociais nos espaços institucionais.

É possível garantir que a Política, através do Programa Socioassistencial, contribui positivamente para o controle da evasão por meio da concessão de auxílios pecuniários diretos ou indiretos (serviços) aos alunos, ao passo em que tem se transformado em um instrumento de garantia de permanência e do êxito do educando na Instituição ao contribuir para a minimização dos impactos das refrações da questão social na vida escolar dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

BRASIL. **Política de Assistência Estudantil do IFAM**, 2011.

_____. **Política de Assistência Estudantil do IF Baiano**, 2011.

_____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**, 2010.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8009 de 13 de julho de 1990.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca de Educação, 16).

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2007.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Livro de Estudo, Coleção PROINFANTIL**. Brasília, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Célia de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2009.

ROTTA, Edeimar; REIS, Carlos Nelson dos. Desenvolvimento e Políticas Sociais: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.

SALOMÃO, Bianca Regina de Lima. **O Atendimento Educacional Especializado em uma Sala de Recursos de Brasília: a sistematização do atendimento e o uso do computador como apoio pedagógico – um estudo de caso**. Brasília, 2013.